



**A CRISE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA:  
CONSIDERAÇÕES SOBRE SEUS ANTECEDENTES, PRINCIPAIS  
ASPECTOS E TENDÊNCIAS**

***THE CONTEMPORARY CAPITALIST CRISIS:  
CONSIDERATIONS ABOUT ITS ANTECEDENTS, MAIN ASPECTS  
AND TENDENCIES***

Alex Gonçalves dos Santos<sup>1</sup>  
Claudia Cristina Góis<sup>2</sup>  
Daniele Correia<sup>3</sup>  
Michelli Aparecida Daros<sup>4</sup>  
Thaís Ribeiro Esteves<sup>5</sup>

**Resumo**

Esse artigo busca fazer um breve aparato histórico do desencadeamento da crise de 2008 eclodida na América central. Quais os principais motivos que permitiram o surgimento da crise do mercado imobiliário, mais uma crise que é parte constituinte do modo de produção capitalista. Quais as instituições financeiras envolvidas, como contribuíram para o crescimento da bolha financeira e os ajustes realizadas dos diferentes governos e a flexibilização das leis em detrimento da criação do valor, do lucro exacerbado. Pontuamos também, a repercussão dessa crise no Brasil. Como ocorreu, se desenvolveu, quais as respostas dadas pelo governo federal frente ao seu enfrentamento e as principais consequências para a classe trabalhadora que é o grupo que mais paga pelas crises nesse modo societário. Esse trabalho descreve os fatos, os envolvidos e as consequências de um mecanismo que se perpetua há mais de meio século, que para isso, arrasta todas as vidas dos mais “fracos” do meio social.

**Palavras-chave:** Crise. Capitalismo; Setor financeiro; História.

<sup>1</sup> Graduando e Doutorando em Filosofia pela PUC/SP.

<sup>2</sup> Mestra em serviço social pela PUC/SP.

<sup>3</sup> Mestranda em Política Social pelo programa de pós graduação em Serviço Social da PUC SP

<sup>4</sup> Mestre em Serviço Social pela PUC-SP. Doutoranda em Serviço Social pela PUC-SP.

<sup>5</sup> Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em convênio Duplo Diploma com a Universidade Grenoble Alpes - França (2018)

### **Abstract**

This article seeks to make a brief historical apparatus of the unleashing of the crisis of 2008 erupted in Central America. What are the main reasons that allowed the emergence of the crisis of the real estate market, another crisis that is part of the capitalist mode of production. What financial institutions involved, how did they contribute to the growth of the financial bubble and the adjustments made by different governments and the flexibility of laws to the detriment of value creation, exacerbated profits. We also point out the repercussion of this crisis in Brazil. As it happened, it developed, what the federal government's responses to its confrontation and the main consequences for the working class are the group that pays the most for the crises in this societal way. This work describes the facts, the implications and the consequences of a mechanism that has been perpetuated for more than half a century, which, in order to do so, drags all the lives of the "weakest" in the social environment.

**Keywords** Crisis; Capitalism; Financial sector; History.

### **INTRODUÇÃO**

É com base na teoria marxista que discorreremos sobre a temática da crise em curso na sociedade capitalista. Entendemos a crise enquanto fruto de excesso de capital, ou seja, de sobreacumulação e que no decorrer do desenvolvimento do modo de produção capitalista, as crises são intrínsecas e servem aos mecanismos endêmicos do capital. Não há capitalismo sem crise.

Ainda segundo Paulani (2012), a crise no capitalismo é a expressão de um problema e ao mesmo tempo sua solução. A crise é a solução porque ela “queima” capital e acaba, portanto, com o excesso de capital. A questão é que para pagar por essa solução, o custo é muito alto, no sentido de significar anos ou décadas de baixa produção, desemprego, fome, etc. Assim:

No contexto da crise, as desigualdades sociais tendem a aprofundar-se expondo, de modo mais acentuado, os interesses que se articulam no interior do projeto de revitalização e perpetuação dos mecanismos de dominação social, política e econômica. Os custos da crise são

Neste trabalho nos ateremos à crise contemporânea que emergiu nos Estados Unidos da América (EUA) – o epicentro do sistema capitalista - em 2008, que teve prenúncio em anos anteriores e que se alastrou por todo o globo, tendo repercussões inclusive no Brasil. Consiste numa crise estrutural do capital globalizado, com uma centralidade imperialista e com maior evidência no capital financeiro, embora não se reduza a este setor. Cabe ressaltar que, conforme Silva, “inerentes à lógica capitalista, as crises se sucedem, assumindo particulares contornos, conforme a conjuntura histórica, variando em magnitude, abrangência e impacto nas várias dimensões da vida social”. (SILVA, 2011, p.263)

Para efeito de contextualização, discorreremos brevemente seus antecedentes, como a crise de 1929 (considerada historicamente como a maior crise do capitalismo até 2008), e apontaremos seus aspectos e tendências.

## BREVE ANTECEDENTE HISTÓRICO

A crise dos anos 1929, que se iniciou com o *Crash* de 1929 (queda profunda da bolsa de valores de Nova York), deveu-se ao excesso de produção de mercadorias, isto é, existia uma enorme quantidade de mercadorias que não encontravam compradores. Ocorreu o fenômeno de excesso dos ativos financeiros ou de excesso de riquezas financeiras, indicando uma crise muito mais profunda de superprodução de mercadorias. Por trás da aparência da mera crise especulativa, havia uma crise estrutural do sistema capitalista, que levou uma década para ser resolvida. Tal crise reverberou por todo o mundo – inclusive no Brasil, forçando os governos a darem respostas para o que ficou conhecido como “grande depressão”.

O Presidente dos EUA à época, Franklin Roosevelt, foi obrigado a aprovar algumas medidas, que corresponderam a uma série de programas denominada de *New Deal* (1933), no qual estavam contemplados: controle de preços, redução da taxa de juros, produções, realização de grande investimento público, criação de ações para conter a taxa de desemprego e aumentar o emprego. Em suma, foram diversas reformas para minimizar os estragos decorrentes de 1929. Tais ações

tiveram como base as ideias desenvolvidas à larga escala pelo inglês John Maynard Keynes, na teoria que ficou conhecida como “keynesiana”; e expressão na implantação do *WelfareState* ou Estado de Bem-Estar Social, combinando intervenção estatal no âmbito da proteção social, serviços e benefícios à população e também, na economia, no mercado, regulando-os e visando estabilizar os empregos. “Após 1945, erigiu-se o Estado de Bem Estar Social, sob forte influência do paradigma Keynesiano na formulação de políticas públicas anticíclicas, de modo a soerguer as economias capitalistas combalidas do pós-guerra” (SILVA, 2010, p.159).

Com o desenvolvimento do *WelfareState*, a intervenção estatal contribuiu para o período de grande expansão do capitalismo pós Segunda Guerra Mundial, que ficou conhecido como os 30 anos dourados do capitalismo e durou até o início da década de 1970. No terceiro mundo, principalmente na América Latina, todo esse ambiente foi traduzido pelo chamado desenvolvimentismo, ou seja, pelo Estado desenvolvimentista (PAULANI, 2012).

Com a já evidente derrota da Alemanha na referida guerra, em 1944, na cidade de *Bretton Woods*, no estado de *New Hampshire*, nos EUA, ocorreu o acordo de *Bretton Woods*, no qual dezenas de países<sup>1</sup>, sob a batuta dos EUA, estabeleceram as regras para o funcionamento do capitalismo pós-guerra:

Onde os EUA quase não são afetados pela guerra e saem dela como país imperialista, coloca o dólar como moeda forte do sistema financeiro e conversível em ouro pelos governos em qualquer parte do globo, nesse encontro, criam também o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – FMI (PSTU, 2008)<sup>2</sup>.

Esse acordo persiste até o início da década de 1970, devido às constantes crises do dólar e da libra esterlina no final dos anos 1960.

No final da década de 1960 e início dos anos 1970, “estourou” a crise do petróleo nos países do Oriente Médio, em que os EUA e a União Soviética (URSS)

---

<sup>1</sup> Países presentes em Bretton Woods: África do Sul, Austrália, Brasil, Bélgica, Bolívia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, Equador, Egito, El Salvador, Estados Unidos, Etiópia, França, Filipinas, Grécia, Guatemala, Holanda, Haiti, Honduras, Irã, Índia, Iraque, Iugoslávia, Luxemburgo, Libéria, México, Noruega, Nova Zelândia, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, República Dominicana, Reino Unido, Tchecoslováquia, Uruguai, União Soviética, Venezuela.

<sup>2</sup> PSTU. O que foi o acordo de Bretton Woods. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/7952>. Acessado em 24/03/16.

apoiam países distintos, aumentando a tensão entre as duas nações. O preço do petróleo se elevou muito, obrigando os países da América Latina a realizar elevados empréstimos. Tal situação repercutiu na crise do *WelfareState*, que começou a entrar em colapso e, sobre a presidência de Ronald Reagan nos anos 1980 nos EUA, foi implantada uma política de desregulação e taxação de juros. Nessa conjuntura, as ideias neoliberais ganharam força, o modelo de produção toyotista se espalhou pelo mundo, tornando-se hegemônico em relação ao modelo taylorista/fordista.

Ademais, o setor financeiro ganhou evidência, pois o presidente Reagan escolheu para a gestão financeira os representantes das empresas desse setor, uma equipe que contribuiu com a desregulação do sistema financeiro. Para Secretário do Tesouro, o Presidente colocou Donald Reagan, executivo do *Merrill Lynch*, banco norte-americano de investimentos. Para a presidência do Banco Central, nomeou: Alain Grespan, que foi depois reconduzido ao cargo nas gestões dos Presidentes Bill Clinton e George W. Bush, governos que mantiveram a desregulamentação.

Já na gestão dos EUA com Bill Clinton na presidência, este escolheu para Secretário do Tesouro: Robert Rubin, que trabalhava no *Goldman Sachs*, outro banco financeiro do país. Rubin foi Presidente também, do *Citigroup*, uma empresa do ramo financeiro que realizou fusão duvidosa com o *TravelersGroup*. Na equipe financeira do governo Clinton ainda estava Larry Summers, a favor da autorregulação financeira. Summers foi Presidente da Universidade de Harvard e trabalhou para o *Goldman Sachs*, *Citigroup*, *Merril Lynch* e o *Lehman Brothers*.

O setor financeiro norte-americano estava submerso em um ciclo de fraudes, subornos, lavagem de dinheiro, ganhos excedentes com produtos financeiros, envolvendo lobistas, agências de *rating*, setor político e universidades de prestígio como: Harvard, Berkeley, Brown. Com essa equipe e essas corporações as medidas financeiras do setor imobiliário foram sendo incentivadas.

Já nos países da América Latina as ideias neoliberais passaram a ganhar força no início da década de 1990, posteriormente à ocorrência das revoluções no leste europeu no final da década anterior, a queda do muro de Berlim e o Consenso de Washington em 1989, que determinou o receituário neoliberal aos países então denominados subdesenvolvidos. Tal receituário englobou: enxugamento dos gastos

sociais, disciplina fiscal, liberalização financeira, abertura para o capital estrangeiro e privatizações.

Com base em Batista (1994, p. 5):

Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título “Latin American Adjustment: How Much Happened?”, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. As conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de “Consenso de Washington”<sup>3</sup>.

No Brasil, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995, foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), sendo o seu Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, representante do Brasil no Consenso de Washington. Esse ministério visou uma “contrarreforma” do Estado, intensificando o neoliberalismo no país, que já estava bem mais avançado em países da Europa e América do Norte:

O neoliberalismo significou uma reação conservadora na natureza claramente regressiva. [...] Então, a partir dos anos 1990, as propostas reformistas acabam por solapar as possibilidades, ainda que limitadas, da plena aplicação dos direitos sociais da Carta Magna, podendo-se falar em “contrarreforma”, iniciada com as chamadas “reformas” estruturais no governo Collor e aprofundadas no governo Fernando Henrique Cardoso (BEHRING, 2003 apud SALVADOR, 2010).

Essas ações, que buscaram efetivar o enxugamento das políticas públicas, redução do Estado nos gastos sociais, crescimento de privatizações, flexibilização de direitos e leis trabalhistas, contrarreformas na previdência, políticas focalizadas, sistema de metas, que perfazem o neoliberalismo brasileiro. Conforme destaca Salvador (2010):

---

<sup>3</sup> As áreas de reformas proposta no Consenso de Washington são: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual.

O projeto neoliberal vigente no país na década de 1990 tem na sua agenda um amplo leque de “reformas” do Estado, destacando-se a “reforma” nos sistemas de proteção social e cortes na previdência social, nos fundos de aposentadorias e pensões, nos programas assistenciais e nos serviços de saúde pública. A seguridade social emerge como um dos principais setores candidatos à privatização, graças à sua enorme capacidade de produzir acumulação de capital na área financeira e na ampliação do mercado de capitais, sobretudo o de seguros privados.

Ademais, em 1998 o princípio da “eficiência” é incorporado à administração pública brasileira, por meio de uma emenda constitucional, visando incorporar nos aparelhos estatais uma gestão do tipo gerencial.

Com a vitória do governo democrático popular no Brasil em 2003, gestão que garantiu via lutas sociais um aumento real do salário mínimo, investimento - ainda que focalizado - nas políticas públicas, o país passou por um período de crescimento econômico com destaque no mundo. Alguns autores denominam esse período como “neodesenvolvimentismo”.

## A CRISE CONTEMPORÂNEA

Ao contrário dos 30 anos dourados que configuraram o capitalismo no pós-guerra, a partir dos anos 80 ocorreram sucessivas crises financeiras. Crises que vão desde a crise financeira dos países latino-americanos nos anos 80, passam nos anos 90 por crise imobiliária americana, a crise da libra inglesa em 1992, a crise do México, a crise dos países asiáticos, a crise russa, a crise brasileira, a crise argentina, as crises das *empresas.com* e, finalmente, a crise imobiliária de 2008, além da crise europeia (2010). Todas essas crises não estão desconectadas, ao contrário, elas estão interligadas. Há uma crise de superacumulação não resolvida e, por conta disso, um crescimento explosivo da riqueza financeira (PAULANI, 2012).

Em 2008 “estourou” uma dessas crises intrínsecas ao capital. Trata-se de uma grande crise financeira, iniciada nos EUA, principalmente no setor imobiliário, com os “subprimes, os créditos de alto risco, os títulos hipotecários. A crise do subprime contaminou todo o mercado financeiro provocando um ‘efeito cascata’, afetando todo o setor financeiro globalizado e também, por decorrência, toda a economia capitalista, dependente das finanças globais” (ARAGÃO; CARDOSO, 2013, p. 35).

Essa crise, instaurada no epicentro do capitalismo – EUA, evidenciou-seno setor financeiro, mas não se reduz a ele: tem fundamento na estrutura do sistema capitalista e foi uma avalanche já anunciada pelo FMI, com seu economista Raghuram Rajan, em 2005.

Os cidadãos dos EUA estavam mergulhados em empréstimos para várias finalidades: casa, escola, viagens, carros, desde os anos 80, que deixam mais de 30 milhões de desempregados e dobra a dívida nacional dos EUA.

As mesmas empresas do setor financeiro e seus representantes envolvidos nas gestões presidenciais de Reagan, Clinton e Bush incharam o mercado financeiro com a desregulação, eclodindo na catástrofe de 2008. Estima-se que essas indústrias financeiras gastaram aproximadamente 5 bilhões de dólares em *lobbies* e campanhas durante essas décadas:

Portanto a crise financeira iniciou-se indubitavelmente, a partir de um crash na intermediação financeira americana [...] tratou-se de uma ruptura no mercado financeiro – ruptura que envolve bancos de investimento, companhias de hipotecas, seguradoras, fundos de investimento, entre outras instituições (CONCEIÇÃO, 2009, p. 32).

Em 2009, o “PIB mundial era de 65 trilhões de dólares, já os ativos financeiros chegavam a 130 trilhões, derivativos e outras inovações financeiras 600 trilhões” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 23). Efeito que custou a milhares de pessoas suas casas e empregos nos EUA, uma avalanche que se desdobra no mundo e, somente no Brasil, no primeiro ano de seu encetamento:

O impacto da crise iniciada no sistema financeiro acentuou a pobreza e a desigualdade e ceifou o direito ao trabalho de dezenas de milhões de pessoas. Em seis meses, o Brasil perdeu mais de 700 mil empregos formais. (MIRANDA, 2009, p.9).

O Brasil reagiu à crise rapidamente, injetando grande capital na área da construção civil, setor muito afetado pela crise, junto ao sistema financeiro, à área automobilística, à indústria eletroeletrônica, aos setores que reduziram consideravelmente os postos de trabalho. O governo criou incentivos para consumo, reduzindo os impostos para compra de veículos, de eletrodomésticos da linha branca, e lançou um grande plano habitacional: o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), atingindo em principal, famílias com renda de 3 a 6 salários mínimos à



época, que apresentavam alta demanda por aquisição de imóvel próprio, mas não se reduzindo a essas faixas de salários.

Apesar de em 2009 especialistas veicularem que “os impactos no Brasil não sejam exatamente uma marolinha, é preciso ponderar que não aparentam tratar-se de um tsunami” (SISTER, 2009, p.65), nos últimos anos parece ser de fato um *tsunami*, agravado com a crise política representativa que o país vive, deixando evidente que:

[...] o poder público fica impotente para conter os excessos do capital. A intervenção do Estado na economia perde todas as suas propriedades curativas para se converter em causa adicional de agravamento da crise do capital, realidade que fica evidente na patética estratégia de “nacionalização da bancarrota” que caracteriza a política econômica das potências imperialistas para combater as crises dos negócios, como a provocada pelo estouro da bolha especulativa em 2008 (SAMPAIO JR, 2013, p. 159).

Em 2009, Barack Obama foi eleito presidente dos EUA com um discurso de mudança, de reforma da indústria financeira, de regulação. Entretanto, na prática, a implementação das reformas em meados de 2010 não atacou a fundo os problemas, pois se trata de um “um governo de *Wall Street*”. O presidente trouxe para gerir o setor financeiro em seu governo os mesmos representantes das empresas financeiras que construíram a desregulação do setor. Para gerir a Secretaria do tesouro empregou: Timothy Geithner, ex-presidente do *Federal Reserve*, sistema de Reserva Federal dos EUA, um dos grandes responsáveis pela crise eclodida em 2008. Para Presidente do *Federal Reserve* conduziu: William C. Dudley, ex-chefe economista da *Goldman Sachs*. Para dirigir a Comissão de Valores Imobiliários: Mary Schapiro, ex-principal executiva da organização de autorregulação das indústrias de banco de investimento. Para chefe de pessoal elegeu: Rahm Emanuel, um conselheiro da *Freddie Mac*, uma empresa de empréstimos e garantias dos EUA e, para conselheiro chefe da Economia assentou: Larry Summers, o mesmo contrário à regulação financeira por parte do governo.

Havia a esperança de que Obama realizasse a regulação do mercado financeiro, a fim de barrar a independência do setor de finanças para impedir outra crise, conforme Krugman destaca (2009, p.106): “[...] mesmo que a agenda da próxima administração já esteja muito cheia, ela não deve adiar a reforma financeira.

O momento de começar a impedir a próxima crise é agora”. É algo impossível, pois a crise é inerente ao sistema capitalista. No máximo, pode-se esperar uma regulação, algo que nem isso foi realizável, pois os pares do Presidente Obama no início de sua gestão foram os mesmos da desregulação iniciada nos anos 1980. O Presidente não teve fôlego político nem para responsabilizar os causadores da expansão da desigualdade norte-americana. Ninguém foi responsabilizado, e mais: estão se recuperando da crise com suas riquezas intactas e elevadas, pois permanecem nas cadeiras de poder político e econômico norte-americano. Estima-se que 6 milhões de hipotecas foram realizadas nos EUA em 2010, com expectativa de mais 9 milhões para serem executadas.

A crise é sempre socializada para uma parte da população, assim:

[...] o capital sempre encontrará, à custa de grandes sacrifícios humanos e ambientais, um meio de restaurar as condições para sua valorização, mesmo que apenas para preparar uma nova crise econômica ainda mais violenta no futuro. Em outras palavras, largado a sua própria sorte, o desenvolvimento capitalista torna-se uma crise permanente (SAMPAIO JR, 2013, p. 159).

No Brasil, quando os EUA já estavam se recuperando, a crise reverberou com mais força a partir de 2013. Nos últimos anos houve aumento do desemprego, sobretudo na construção civil.

Ao final de 2015 o Brasil já perdeu mais de 1 milhão de postos de emprego<sup>4</sup>. Observa a retomada do discurso da desregulação das leis trabalhistas com a terceirização, do ódio às pequenas conquistas sociais, a cólera por parte dos que detêm o poder econômico e político no Brasil com medo de perder seus privilégios, observa-se o aumento da taxa de juros, chegando ao patamar de 14,25%, deixando o país atrás somente do Iêmen 15%, Afeganistão 15%, Zâmbia 15,50%, Cazaquistão 17%, Uganda 17%, Moldávia 19%, Haiti 20 %, Venezuela 20,61%, Irã 21%, Ucrânia 22%, Gâmbia 23%, Argentina 24,78%, Belarus 25%, Gana 26%, Malauí 27%<sup>5</sup>. Um crescente aumento da pobreza para muitos, a taxa de pobreza

---

<sup>4</sup> Folha de São Paulo. Brasil perde 1,5 milhão de vagas com carteira assinada em 12 meses. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1720667-brasil-perde-15-milhao-de-vagas-em-12-meses-ate-novembro-diz-governo.shtml>. Acessado em 24/03/2016.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://pt.tradingeconomics.com/>. Acessado em 25/03/2016.

extrema caiu de 7,58% da população para 3,63% de 2004 a 2012, mas em 2013, sobe para o patamar de 4,03%<sup>6</sup>. E acentua a concentração da riqueza de poucos: “de agosto de 2014 a agosto de 2015, os mais ricos no Brasil aumentaram seu patrimônio e alguns duplicaram seu pecúlio<sup>7</sup>”.

A crise que brotou em 2008 faz parte da “regulação” do capital, que repercutiu posteriormente na crise europeia de 2010. Países como Irlanda e Grécia, que também criaram bolhas imobiliárias, fazendo com que a dívida espanhola tenha chegado ao dobro do seu PIB, obrigaram o Estado a gastar mais de 32 bilhões de euros por ano, devido à queda dos empregos.

Em Portugal, a crise também se acentuou em 2010. A humanidade paga caro com a incontabilidade do metabolismo social do capital e sua forma destrutível.

A seguir, condensamos, para melhor ilustrar economicamente o ocorrido, a partir da crise de 2008, os índices de desemprego e do PIB, no seu pico negativo e positivo de alguns países. Dados da taxa de desemprego são levantados mensalmente, com exceção de Cuba e Bolívia que são feitos anualmente. O levantamento do PIB é realizado trimestralmente. Contudo, a Venezuela, mesmo tendo feito o levantamento trimestral, a última data que consta é do ano de 2014. Paulani (2012) explica que o crescimento do PIB ocorre quando há valorização do dinheiro gerado. Em uma crise, apesar do dinheiro ser gerado, não houve a valorização e, portanto, haverá problemas no crescimento do produto, ou seja, no crescimento da renda e do emprego.

---

<sup>6</sup> Rede Brasil Atual. Boletim do Ipea destaca aumento da pobreza extrema no país. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/07/boletim-do-ipea-lancado-hoje-destaca-aumento-da-pobreza-extrema-no-pais-5751.html>. Acessado em 24/03/2016.

<sup>7</sup> ERTEL, L. 20 maiores bilionários do Brasil. Disponível em: <http://www.forbes.com.br/listas/2015/08/20-maiores-bilionarios-do-brasil/>. Acessada em: 23/03/16.

	<i>Taxa de Desemprego (Mensal)</i>	<i>Ano</i>	<i>Produto Interno Bruto (PIB – Trimestral)</i>	<i>Ano</i>
Brasil	5%, 8%	2014, 2016 Respectivamente	-4%, -1,4% (Saiu da negatividade em 2013 e, em 2014, voltou a cair).	2009 2016 Respectivamente
Argentina	9%, 6%	2010, 2016 Respectivamente	-4%, 0,5%	2009 2016 Respectivamente
Bolívia	8,5%, 7,4%	2009, 2016 Respectivamente	-15%, -9,7%	2009 2016 Respectivamente
Venezuela	10%, 6%	2011, 2016 Respectivamente	-2%, 6,8%	2009 2016 Respectivamente
México	6%, 4,2%	2009, 2016 Respectivamente	-6%, 05%	2009 2016 Respectivamente
Cuba	1,6%, 2,7%	2008, 2014 Respectivamente	1%, 4%	2014 2016 Respectivamente
Espanha	27%, 20,9%	2013, 2016 Respectivamente	-1,5%, 1%	2009 2016 Respectivamente
Portugal	17,5%, 12,2%	2013, 2016 Respectivamente	-2%, 0,2%	2010 2016 Respectivamente
Grécia	28%, 23,9%	2013, 2016 Respectivamente	-4,5%, 0,1%	2009 2016 Respectivamente
Itália	13%, 11,5%	2014 2016 Respectivamente	-3%, 0,1%	2009 2016 Respectivamente
França	10,5%, 10%	2014 2016 Respectivamente	-1,7%, 0,3%	2009 2016 Respectivamente
Alemanha	8%, 4%	2010, 2016 Respectivamente	-4,2%, 0,3%	2009 2016 Respectivamente
Irlanda	15%, 8%	2010, 2016 Respectivamente	-4%, 2,7%	2009, 2016 Respectivamente
Islândia	9%, 2,5%	2010, 2016 Respectivamente	-7%, -1% (Chegou a sair da negatividade em 2014).	2009 2016 Respectivamente
EUA	10%, 4,9%	2009, 2016 Respectivamente	-0,8%, 1%	2009 2016 Respectivamente
Canadá	8,5% 7,3%	2009, 2016 Respectivamente	-2%, 0,2%	2009 2016 Respectivamente

Planilha elaborada com base nos dados extraídos na fonte: <http://pt.tradingeconomics.com/> Acessado em: 25/03/2016.

No final de 2015 no Brasil temos mais de 1 milhão de desempregos somente no setor da construção civil, retornam com mais força a desregulação das leis trabalhistas (como o aumento da terceirização), a exemplo, o projeto de lei 4330/2004 que ressurgiu com mais vigor nos últimos anos, “entrega” da Educação ao capital financeiro (crescente mercantilização), há o aumento da pobreza para muitos e a concentração de riquezas para poucos. Mudanças no seguro desemprego e em pensões da Previdência Social foram estratégias do Estado para conter o orçamento, dando sinais da socialização dos custos aos trabalhadores e suas famílias. O que nos leva a ratificar que a crise é socializada para uma determinada classe social, que é quem paga por ela.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A tarefa de tecer considerações que levem ao apontamento das principais tendências da crise contemporânea exige o retorno ao cerne da crise no modo de produção capitalista. Paulani (2012) é enfática e assertiva ao afirmar “no capitalismo a crise é a expressão do problema e ao mesmo tempo a sua solução”. Tal fato demonstra que as possibilidades de enfrentamento das recorrentes crises do capitalismo devem ser encontradas no âmbito do próprio sistema de produção capitalista.

Para Chico de Oliveira: Uma crise longa, dura, que exigirá reacomodação brutal de forças e vai impor mudanças em todo o mundo e no Brasil também. Mas não tenhamos a ilusão: o capitalismo não chegou ao seu limite. (Oliveira: 2009, pg. 86).

Corriqueiramente, nas fases de crise do sistema capitalista a classe trabalhadora tem sofrido as piores consequências, pois há um agravamento das expressões da questão social que atrelado ao discurso burguês de que os gastos do governo com as políticas sociais é o grande causador da crise, e assim justificam os cortes na esfera social. Deixando as pessoas que vivem do trabalho jogadas a

própria sorte: sem emprego, sem moradia e sem qualquer aparato do Estado para a garantia de condições mínimas de sobrevivência.

O fato é que no momento, uma elevação nos gastos do governo é o remédio correto, e as preocupações quanto ao déficit deveriam ser deixadas de lado (KRUGMAN. Apud CONCEIÇÃO. 2009, p 34).

Para Jefferson José da Conceição um:

“Acordo ponte” seria uma saída para a crise, onde poderia denominar de Programa de Manutenção da Atividade Econômica, do Emprego e da Renda - requer a coordenação do governo federal, mas de tal maneira que haja o envolvimento das três esferas de governo (União, Estados e Municípios), bem como das representações empresariais e de trabalhadores. (CONCEIÇÃO: 2009, p. 48).

Outro ponto importante para evitar ou enfrentar a crise é o controle público que teria por objetivo impedir que o ganho de eficiência seja apoderado apenas pelo segmento mais forte, mas compartilhado com todas as empresas da cadeia produtiva e com os consumidores dos produtos (SINGER: 2009, p. 79).

De acordo com Singer (2009), a crise permanece no âmbito financeiro sendo importante a prevenção da crise da economia real que é fatal. Para sua prevenção é necessário que sejam adotadas políticas capazes de resolver em curto prazo a atual crise financeira e ao mesmo tempo lancem fundamentos de uma nova estrutura institucional capaz de evitar novas crises financeiras no futuro. Aqui lembramos que o sistema monetário internacional implantado nos anos 1930, e consolidado na Conferência de Bretton Woods em 1944. (SINGER: 2009, p. 80).

Sugere ainda o autor que para evitar a crise financeira e impedir que ela lance a economia real em recessão, é essencial que o crédito seja restaurado, o que possivelmente, exigirá uma intervenção efetiva do poder público nos bancos (SINGER: 2009, p. 81).

Constata-se no material estudado, em especial no livro ABC da crise que o caminho a ser percorrido no enfrentamento da crise, é a intervenção e controle do Estado na economia, sem tal medida, e com a livre iniciativa do mercado sem qualquer regulamentação Estatal o contexto de crise vai continuar assolando a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Thêmis Amorim; CARDOSO, Adauto Lúcio. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. IN: CARDOSO, Adauto. Lúcio. (Org): O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

BATISTA, Paulo Nogueira. O CONSENSO DE WASHINGTON: A Visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Disponível em: [http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq\\_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf](http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf)

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. O ABC da Crise. *In: O ABC da Crise*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

FERGUSON, Charles. Trabalho Interno (*InsideJob*). EUA, 2010 (documentário).

MIRANDA, Nilmário. Para entender a Crise. *In: O ABC da Crise*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

OLIVEIRA, Francisco Maria Cavalcanti de. Criar cinco Embraer por ano. *In: O ABC da Crise*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

PAULANI, Leda. Sobre acumulação de capital, crise e expansão financeira (Vídeo). 2012. Disponível em: <http://marx21.com/2012/02/27/leda-paulani-sobre-acumulacao-de-capital-crise-e-a-expansao-financeira/>

SALVADOR, Evilasio. Fundo Público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. A natureza da crise e os dilemas da revolução. IN: Margem Esquerda. Ensaios Marxistas. Nº 15. São Paulo: Boitempo, 2010.

SILVA, Ademir Alves da. A crise capitalista contemporânea e as relações entre Estado, mercado e sociedade: subsídios para avaliação das políticas sociais. *In: Revista Ponto e Vírgula* n. 10, 2º. Semestre de 2011, pp.260-281, São Paulo: PEPG em Ciências Sociais, PUC-SP.

A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SINGER, Paul. O Ministério do inter-relacionamento entre finanças e a economia da produção e produção. *In: O ABC da Crise*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

MARINHO, S.

Serviço social e população trans: um debate sobre questão social e suas expressões na cena contemporânea

SISTER, Sérgio. A Crise do Dinheiro Solto. *In: O ABC da Crise*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.